

APOSTILA DE METODOLOGIA DO TRABALHO JURÍDICO

PROFESSORA SÍLVIA MOTA

*****ATENÇÃO*****

1- O conteúdo intelectual deste texto, formulado pela Professora Sílvia Mota, é redação provisória da obra *Trabalhos científicos no curso de Direito: metodologia e técnicas de pesquisa*. **TODOS OS DIREITOS SÃO RESERVADOS.**

2-Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos, sem que seja referida a fonte. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados, sem a prévia autorização da autora, por escrito devidamente autenticado.

3- A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19 fev. 1998, Lei dos Direitos Autorais).

CURRICULUM VITAE ET STUDIORUM

1 TITULAÇÃO

Doutoranda em Direito, pela Universidade Gama Filho/RJ.

Mestre em Direito Civil, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ.

Bacharel em Direito, pela Universidade Cândido Mendes-Ipanema/RJ.

2 ATIVIDADE PROFISSIONAL

2.1 Professora da Pós-Graduação

Integrante do corpo docente dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito, da Faculdade de Direito Evandro Lins e Silva.

Integrante do corpo docente do Programa de Cursos Presenciais com Tutoria Virtual (PROVIRTUAL), da Universidade Cândido Mendes.

Integrante do corpo docente dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito, da Universidade Estácio de Sá. Campi Centro e Menezes Cortes.

Integrante do corpo docente dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito, da Universidade Veiga de Almeida. Campus Tijuca.

Integrante do corpo docente do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Auditoria no Sistema de Saúde, da Universidade Estácio de Sá. Campus Barra. Disciplina: Metodologia Científica.

Integrante do corpo docente do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Fisioterapia Dermatológica, da Universidade Estácio de Sá. Campus Barra. Disciplina: Metodologia Científica.

2.2 Professora da Graduação

1997-2003 Metodologia da Pesquisa Jurídica: UNIG - UVA - UNESA

1997-2003 Monografia: UNIG – UERJ - UVA

1997-2003 Direito Civil: UNIG - UNESA - UVA

2000-2003 Metodologia de Estudos Universitários: UNESA

2000-2003 Introdução ao Estudo do Direito: UNESA - UVA

2002-2003 Metodologia Científica: UVA

2002 Tópicos Especiais – Questões Polêmicas: Direito Civil - UVA

2002 Tópicos Especiais – Questões Polêmicas: Biodireito - UVA

2000-2001 Informática Aplicada ao Direito: UVA

2.3 Pesquisadora e consultora na área do Direito

WebSite: <http://www.silviamota.com.br>

Endereço eletrônico: silviamota@wnetrj.com.br

1 O CONHECIMENTO

1.1 QUE É O CONHECIMENTO?

O CONHECIMENTO

Ana Maria Felipe Garcia¹

É importante distinguir o homem na realidade em que se encontra hoje e sua relação com o conhecimento. A cabeça humana pode: fazer conhecimento; usar conhecimento; posicionar-se diante do conhecimento. Para que serve o conhecimento?

Se buscamos a palavra francesa *connaissance*, podemos observar que conhecimento é nascer (*naissance*) com (*com*). O homem se marca como diferente dos outros seres exatamente pela sua capacidade de conhecer. Diferentemente dos outros animais, o homem é o único ser que possui razão, isto é, capacidade de relacionar e ir além da realidade imediata. O homem é o ser que supera a sua animalidade com a racionalidade.

Assim, o homem ao entrar em contato com a realidade, imediatamente apreende essa realidade em relação ao seu eu, à sua cultura, à sua história. O homem interpreta a realidade e se mostra nessa interpretação. Aí ele diz da realidade e diz de si mesmo. E quando diz, ele nasce como ser pensante juntamente com aquilo que ele pensa ou conhece. Por aí evolui o conhecimento humano. Quanto mais evolui o conhecimento, tanto mais o homem se afirma à parte dos outros animais e seres. Quanto mais evolui o conhecimento, tanto mais o homem se conhece e se elabora. Assim, o conhecimento é uma forma de estar no mundo. E o processo do conhecimento mostra ao homem que ele jamais é alguma coisa pronta na medida em que está sempre nascendo de novo quando tem a coragem de se mostrar aberto diante da realidade.

¹ GARCIA, Ana Maria Felipe. O Conhecimento. In: HÜHNE, Leda Miranda (Org.). **Metodologia científica**: caderno de textos e técnicas. 7. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1997, p. 45. (Trecho)

1.2 TIPOS DE CONHECIMENTO

Há, pelo menos quatro tipos de conhecimento, cada um referindo-se ao tipo de apropriação que o ser humano faz da realidade. Esses tipos são: conhecimento empírico, conhecimento científico, conhecimento filosófico e conhecimento teológico.

1.2.1 O conhecimento empírico, espontâneo, vulgar ou cotidiano

O *conhecimento empírico* é aquele adquirido através da observação sensível e casual da realidade cotidiana e circunstancial; faz-se através de tentativas e erros. Sem método (ametódico e assistemático), é de nível intelectual inferior, mas de enorme utilidade prática como base do conhecimento. Baseia-se no *senso comum*, que para Dirce Eleonora Nigro Solis, caracteriza-se como um conjunto desagregado de idéias e opiniões difusas e dispersas que fazem parte de um pensamento genérico de uma época ou de um certo ambiente popular.² Nesse sentido pode-se dizer que o senso comum é histórico, ou seja, produzido por determinadas condições da prática social real e concreta dos homens em uma época.

1.2.2 Conhecimento científico

O que distingue o conhecimento científico do senso comum é, antes de tudo, a *desconfiança* que a ciência tem das certezas aceitas com facilidade, da aderência imediata à coisa, da ausência de crítica, da aceitação natural e da falta de curiosidade.

A ciência não aceita o objeto por si só. Ela cria problemas, vê obstáculos. Pretende a explicação, a comprovação. Por isso, o conhecimento científico é adquirido através da observação e investigação de fatos e fenômenos. Busca as relações entre causas e efeitos de fatos e fenômenos para gerar leis que possam predizê-los.

² SOLIS, Dirce Eleonora Nigro. Sobre o senso comum. In: HÜHNE, Leda Miranda (Org.), op. cit., p. 60.

É característica essencial da ciência ser geral e não fruto de um conhecimento particular. Sua realidade só é estabelecida após comprovação, efetivada através de demonstrações ou experimentações, o que o torna mais restrito.

1.2.3 Conhecimento filosófico

A ciência não é suficiente para explicar o sentido geral do universo. Por isso, o homem busca essa explicação através da filosofia, estabelecendo uma concepção geral do mundo. A capacidade de reflexão mental do homem dá origem ao conhecimento filosófico. Seu único instrumento é, pois, o raciocínio lógico. Procura interpretar a realidade tendo como tema central o homem e suas relações com o universo. É através de seu raciocínio que ele ultrapassa os limites da Ciência, uma vez que não há necessidade de comprovação concreta para a interpretação da realidade em sua totalidade.

A concepção filosófica é especulativa e não oferece soluções definitivas para as várias questões formuladas pela mente humana.

1.2.4 Conhecimento teológico

O conhecimento *teológico* ou *místico* é baseado exclusivamente na fé humana e desprovido de método; é adquirido através da crença na existência de entidades divinas e superiores que controlam a vida e o universo. Resulta do acúmulo de revelações transmitidas oralmente ou por textos imutáveis e procura dar respostas às questões que não sejam acessíveis aos outros tipos de conhecimento.

2 MÉTODOS DE PESQUISA

2.1 CONCEITOS NECESSÁRIOS: METODOLOGIA, MÉTODO E TÉCNICA

A *Metodologia* é uma disciplina instrumental que trata das formas, dos procedimentos, das ferramentas e dos caminhos para fazer ciência. A finalidade da ciência é tratar a realidade de maneira teórica e prática. Para atingir tal finalidade, colocam-se vários caminhos. E desses caminhos trata a Metodologia.

Através da Metodologia estudam-se os passos através dos quais se pretende *conhecer* a respeito de um determinado assunto. Contudo, não se deve dar maior importância à Metodologia do que ao próprio fato de fazer ciência. O importante é chegar onde se propõe chegar: fazer ciência. O meio utilizado para alcançar esse fim é essencial também, mas meramente instrumental. O que interessa é a pesquisa. A metodologia é somente instrumento para que se possa chegar lá. As sugestões metodológicas são importantes à medida que favorecem a criação da pesquisa.

A palavra *método* é de origem grega e significa o conjunto de etapas e processos a serem ultrapassados ordenadamente na investigação dos fatos ou na procura da verdade.³ É, portanto, um caminho para se chegar a determinado fim e será executado através de técnicas adequadas e convenientes. A *técnica* é a forma utilizada para percorrer esse caminho.⁴ Consiste nos diversos procedimentos ou na utilização de diversos recursos peculiares a cada objeto de pesquisa, dentro das diversas etapas do método. Assim, um determinado método pode eventualmente ser executado por diferentes técnicas. O método (macro) é mais geral, mais amplo, menos específico, é o traçado das etapas fundamentais; a técnica (micro) é a instrumentação específica da ação. O método é estável; as técnicas são variáveis, de acordo com o progresso tecnológico. O método indica *o que fazer* e a técnica indica *o como fazer*. O método é a estratégia da ação ao passo que a técnica é a tática da ação. Com a tática (técnica) adequada vence-se a batalha; com a estratégia (método) apropriada, vence-se a guerra.

³ RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996, p. 137.

⁴ HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de direito**: trabalho de conclusão de curso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 23.

3 PESQUISA

3.1 CONCEPÇÃO E FINALIDADE

Pesquisa é a atividade científica por meio da qual se descobre a realidade.⁵ Sua finalidade é concorrer para o progresso da ciência.

3.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Quanto à finalidade, pode a pesquisa ser conceituada como pura e aplicada. Será pura, a pesquisa, quando buscar simplesmente o progresso da ciência, o desenvolvimento dos conhecimentos teóricos sem a preocupação direta da sua aplicabilidade imediata. Seu desenvolvimento é formal e sua finalidade geral é a construção de teorias ou leis. É conhecimento de ordem intelectual, o desejo de conhecer pelo simples prazer de conhecer. A pesquisa aplicada, por sua vez, depende das descobertas da pesquisa pura e com elas se enriquece. Mas, ao contrário daquela, preocupa-se com a aplicabilidade, a utilização e as conseqüências práticas do conhecimento produzido. Assim, volta-se para a aplicação imediata numa realidade circunstancial do que propriamente para a produção de teorias jurídicas. Basicamente produz soluções de ordem prática; é o desejo de conhecer para agir.

Quanto aos seus objetivos, a pesquisa será:

- a) exploratória: estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa. Objetiva oferecer informações sobre o objeto de pesquisa e orientar a formulação de hipóteses. Exemplo: a monografia de final do curso de Direito;
- b) descritiva: estudo, análise, registro e interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador. Exemplos: pesquisas mercadológicas e de opinião;
- c) explicativa: pesquisa que registra fatos, analisa-os, interpreta-os e identifica causas.

Quanto ao objeto, a pesquisa pode ser de campo (ciências sociais), de laboratório (quase sempre experimental) e bibliográfica (utilização de textos para a pesquisa).

3.3 A PESQUISA JURÍDICA

Pesquisa jurídica é a atividade científica por meio da qual se descobre a realidade jurídica através da produção de novas interpretações para a ciência do direito associadas ao compromisso de produzir um conhecimento valorativo.

Quanto à tipologia, pode ser: bibliográfica, documental e de campo.

No campo jurídico, salienta Eduardo de Oliveira Leite, a *pesquisa bibliográfica* é o método por excelência de que dispõe o pesquisador, sem com isso esgotar as outras manifestações metodológicas.⁶ Trata das fontes impressas e seu objetivo é recolher, analisar e interpretar os escritos existentes sobre determinado assunto, fato ou idéia. É feita através de consulta aos livros, às revistas científicas, boletins, monografias, dissertações, teses, relatórios de pesquisa, entre outros. Resulta de visitas às bibliotecas especializadas, à Internet ou aos especialistas na área. São necessárias: leitura do material, elaboração, ordenação e análise de fichas, para enfim chegar à conclusão. As pesquisas bibliográficas propiciam análise interpretativa das fontes pesquisadas; e, dependendo da postura do pesquisador, produz reflexão crítica de cunho pessoal ou, simplesmente, a reprodução dos dados coletados. Apresentam-se dois tipos de fontes: as primárias, que são as do tipo ideal e as secundárias, que são vitais para se alcançar as primárias. É preciso prudência em relação às fontes secundárias, aconselhando-se não abrir mão das fontes primárias, sempre que for possível.

A *pesquisa bibliográfica* assemelha-se muito à *pesquisa documental*. Diferem apenas na natureza das fontes. A primeira utiliza-se fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, e a segunda desenvolve-se sobre os materiais que ainda não foram analisados ou que podem mesmo ser reelaborados conforme os objetivos da pesquisa. São eles: documentos oficiais, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações (documentos de

⁵ Ibidem, p. 26.

primeira mão), ou ainda: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas (documentos de segunda mão).

A *pesquisa de campo no direito* não é simples coleta de dados; exige controles adequados; exige objetivos preestabelecidos. O pesquisador busca as informações através de entrevistas, questionários ou formulários.

3.3.1 Etapas da pesquisa jurídica

A pesquisa bibliográfica compreende etapas: a escolha do assunto; a delimitação do assunto: definição do tema; o estabelecimento de um plano provisório de trabalho.

3.3.1.1 A escolha do assunto

O *assunto* é amplo, é o universo de referência. A escolha do assunto implica alguns questionamentos. Primeiramente: *Você tem algo a dizer?* Em seguida, pergunta-se: *O que você tem a dizer? O que você tem a expor? O que você tem a transmitir?*

São fontes principais de inspiração na escolha do assunto: a observação direta, a reflexão, a experiência pessoal/profissional, a observação documental e/ou mercado de idéias, os seminários, os temas controversos.

Na escolha do assunto, alguns critérios devem ser levados em conta, tais quais: as próprias aptidões, as tendências e preferências do pesquisador; o significado e relevância do assunto na atualidade (relevâncias operativas, contemporâneas, humanas); o tempo disponível do pesquisador em termos de tempo para poder desenvolver a pesquisa; a existência de bibliotecas, pois se deve verificar a disponibilidade de material de pesquisa (fontes e bibliografia) para consulta, incluindo a possibilidade de consultar especialistas da área em estudo; a escolha do orientador adequado.

⁶ LEITE, Eduardo de Oliveira. **Monografia jurídica**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 59.

3.3.1.2 A delimitação do assunto: definição do tema ou tematização

Escolhido o assunto é necessário *tematizar*. A *tematização* é uma abordagem mais restrita, mais concreta, menos genérica. Tematizar é tornar o tema viável; é selecionar um aspecto mais restrito do assunto, menos genérico.

Esta etapa exige que o pesquisador delimite a extensão da pesquisa, evitando temas muito amplos, temas já muito trabalhados ou ainda, com pouca possibilidade de o pesquisador apresentar uma discussão sem contribuições significativas. Com esta delimitação o pesquisador especifica os limites da extensão de sua busca, em termos de *sujeito* (realidade a pesquisar), *objeto* (é aquilo que se deseja saber em relação à realidade, ao sujeito) em que *circunstâncias* (podendo se referir a tempo e/ou espaço).

Tematiza-se, dividindo o assunto em partes; definindo ou conceituando; indicando sob que ponto de vista será focalizado o assunto; fixando circunstâncias: espaço-temporal e ideológicas; problematizando, isto é, levantando uma pergunta que ainda não foi respondida; suscitando uma curiosidade; formulando hipóteses.

3.3.1.3 O estabelecimento de um plano provisório de trabalho

O *planejamento da pesquisa* é a fase eminentemente provisória, onde nada é verdadeiro. A investigação é global, concretizada no levantamento bibliográfico e coleta de dados, na análise dos dados, na redação e revisão.

O *levantamento bibliográfico* é a localização e obtenção de documentos para avaliar a disponibilidade de material que subsidiará o tema do trabalho de pesquisa. É realizado junto às bibliotecas ou serviços de informações existentes. A regra da pesquisa jurídica é o esgotamento do levantamento bibliográfico, que se dá amplamente desde as obras jurídicas clássicas até os artigos publicados nos periódicos científicos. A procura de informações nas monografias, dissertações e teses jurídicas é relevante, por serem essas tratadas científicas ricas fontes de indicação bibliográfica. Dependendo do assunto escolhido, o material bibliográfico encontrado nas bibliotecas não será suficiente, sendo necessário captar ajuda em centros de documentação especializados. Atualmente, a Internet representa uma novidade curiosa e de extrema valia nos meios de pesquisa. Trata-se de uma rede

mundial de comunicação via computador, onde as informações são trocadas livremente entre todos. Representa, sem dúvida, uma revolução no que concerne à troca de informação, já que todos podem informar a todos. Mas, se facilita a busca e a coleta de dados, ao mesmo tempo oferece alguns perigos. Na verdade, as informações passadas por essa rede não têm critérios de manutenção de qualidade da informação. Isso significa dizer que qualquer indivíduo pode colocar sua *Homepage* na *net* (rede) com informações equivocadas. Portanto, toda informação colhida na Internet deverá ser confirmada antes de divulgada.

A *coleta de dados* se faz através técnicas utilizadas no processo de busca; refere-se à parte prática da pesquisa, realizada através de entrevistas, questionários etc. Estas técnicas serão estudadas mais adiante.

A *análise dos dados*, juntamente com a redação, é um dos mais belos momentos da criação científica. Exige esforço de interpretação. A finalidade da pesquisa não é a acumulação de fatos, mas a sua compreensão e esta só se obtém aventurando e desenvolvendo hipóteses precisas. É a fase decisiva da pesquisa, que determinará o sucesso ou fracasso da redação. Uma análise bem realizada indica redação bem sucedida.

A *redação* significa passar para o papel, em forma de escrita, aquilo que pertence ao mundo das idéias. Não é uma tarefa fácil. São etapas da redação: a redação provisória (rascunho e esboço) e a redação definitiva (capa, apresentação, introdução, notas de rodapé, apêndices, tabelas, gráficos, bibliografias, glossário, entre outros elementos). Este tópico será mais desenvolvido no Manual de Monografia em anexo.

As interpretações devem ser cuidadosas até o final do trabalho a fim de evitar entendimentos superficiais e perigosamente apressados, que darão origem a uma redação lacunosa, omissa, e, não raro, equivocada.

A *revisão* é a fase de reflexão global ou contemplação. Examina-se a obra dando-lhe os retoques finais. É o momento de avaliar o resultado do trabalho. Aconselha-se ser a revisão feita por uma outra pessoa que não seja o próprio pesquisador.

3.3.2 Fontes de pesquisa bibliográfica e documental no âmbito do Direito

São *fontes* de pesquisa *bibliográfica* e *documental*, no Direito: a legislação, a doutrina, a jurisprudência, o direito comparado.

A *legislação* é o conjunto de normas legais que representam efetivamente a fundamental das formas de expressão do Direito. São as leis, regulamentos, decretos, decretos-lei, provimentos, etc. Pode-se afirmar ser a legislação a fonte de destaque na hierarquia jurídica.

A *doutrina* ou *direito científico* é toda a produção de artigos, estudos ou obras onde estão manifestadas as opiniões dos especialistas, autores, professores ou magistrados. São as teses, dissertações, monografias, artigos ou crônicas em revistas jurídicas, comentários legislativos, interpretações de decisões judiciais, pareceres, ensinamentos dos professores, jornais. Sua função é orientar o juiz e o próprio legislador. A importância da doutrina, por vezes, antecipa mudanças legislativas. Exemplos: doutrina da responsabilidade civil, Teoria da Imprevisão etc.

A *jurisprudência* é o conjunto de pronunciamentos do Poder Judiciário, num determinado sentido, a respeito de certo objeto, de modo constante, reiterado e pacífico. A importância da jurisprudência, em muitos casos, antecipa mudanças legislativas. Exemplo: há pouco tempo atrás os filhos de desquitados, por serem adulterinos, não podiam ser reconhecidos, a não ser por testamento. Com o advento da Constituição de 1988 todos os filhos, mesmo os adulterinos, podem ser reconhecidos em vida pelo pai. ***Atenção: deve-se verificar sempre se a decisão continua válida, se o julgamento não foi anulado ou se a decisão já se encontra superada por novas tendências dos Tribunais.

O *direito comparado* é o direito alienígena. Ao confrontar ordenamentos jurídicos vigentes em diversos povos, o direito comparado aponta-lhes as semelhanças e as diferenças, procurando elaborar sínteses conceituais e preparar o caminho para unificação de certos setores do Direito. É expressamente indicado como fonte do Direito pelo art. 8º da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

3.3.3 Instrumentos da pesquisa de campo mais utilizados na seara jurídica

São *instrumentos* para coleta de dados na *pesquisa de campo*, entre outros: as entrevistas, os questionários, os formulários.

3.3.3.1 Entrevista

A entrevista é uma técnica de coleta de dados através da qual o investigador se coloca frente ao investigado, formulando perguntas com o objetivo de angariar dados que lhe servirão de orientação. É usada pelo investigador para obter informações sobre o que as pessoas sabem, acreditam, esperam, sentem, desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram.

Para o direito, a validade da entrevista está justamente em saber o que o entrevistado pensa a respeito do tema objeto da investigação, o que ele pensa das leis que orientam o tema ou o que ele espera de futuras leis. No caso de um juiz, por exemplo, importante saber como ele decide a respeito do assunto.

A escolha do investigador deve começar pela pessoa do investigado e as perguntas devem ser criteriosamente selecionadas previamente. O entrevistado deverá permanecer à vontade durante toda a entrevista e isso dependerá da habilidade e discrição do entrevistador, que permitirá a ele que se expresse livremente, sem interrompê-lo desnecessariamente, mas, ao mesmo tempo, não permitindo que se desvie do propósito da entrevista. Tendo em vista os atos falhos da memória deve o entrevistador anotar as informações cuidadosamente ou, se necessário, sempre com a permissão do entrevistado, poderá gravar a entrevista.

Quanto à estrutura as entrevistas poderão ser *estruturadas* ou *menos estruturadas*.

Entrevistas estruturadas são aquelas que predeterminam em maior grau as respostas a serem obtidas. Desenvolvem-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem permanece invariável para todos os entrevistados, que geralmente são numerosos. Quando totalmente estruturadas, com alternativas de resposta previamente estabelecida, aproximam-se do questionário.

Entrevistas menos estruturadas são aquelas mais espontâneas, livres de um modelo preestabelecido de interrogação e podem se apresentar como:

- a) *entrevista informal*: é o menos estruturada possível, diferindo da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados. Pretende-se a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado e também a identificação de alguns aspectos da personalidade do entrevistado. É indicada nos estudos exploratórios, com realidades pouco conhecidas pelo pesquisador e na investigação de problemas psicológicos;
- b) *entrevista focalizada*: é livre como a anterior, mas enfoca um tema específico. Permite-se ao entrevistado liberdade de expressão, mas, quando desviar-se do tema original, deverá o entrevistador esforçar-se para a sua retomada. Este tipo de entrevista é indicada nas situações experimentais, que objetivam explorar a fundo alguma experiência vivida em condições específicas. Exige grande habilidade do pesquisador que deverá respeitar o foco de interesse temático sem que isso implique conferir-lhe maior estruturação;
- c) *entrevista por pautas*: é guiada por um rol de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso, o que a faz apresentar-se com certo grau de estruturação. As pautas devem ser organizadas de modo a guardar certa relação entre si. As perguntas serão diretas, permitindo-se ao entrevistado falar livremente, conforme o que estiver assinalado nas pautas. Como nos outros tipos de entrevista aqui também deverá o entrevistador estar sempre alerta para intervir quando necessário, de maneira suficientemente sutil, para preservar a espontaneidade do processo.

3.3.3.2 Questionário

O *questionário* é uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, entre outros.

A diferença fundamental entre o questionário e a entrevista está em que nesta última as questões são formuladas oralmente às pessoas, que respondem da mesma forma.

Existem entrevistas que são totalmente estruturadas como um questionário apresentado oralmente. O *questionário* pode ser aplicado a um grande número de pessoas, ao mesmo tempo, mas deve-se previamente, esclarecer aos informantes sobre a importância da colaboração e, ainda, garantir o anonimato.

Quanto à forma podem as perguntas ser abertas, fechadas ou mistas (duplas).

As *questões abertas* são as que permitem ao pesquisado discorrer livremente sobre o que se está inquirindo, sem qualquer restrição e com linguagem própria. Exemplo: Você é a favor da legalização do aborto?

Para as *questões fechadas* todas as respostas fixam-se antecipadamente. Em determinadas situações prevêem-se apenas as respostas *sim* ou *não*. Há também os casos da múltipla escolha: um número relativamente grande de possíveis respostas. Exemplo: Você é a favor da legalização do aborto? Sim __ Não __.

As *questões mistas* ou *duplas* reúnem uma pergunta fechada e outra aberta, sendo a última freqüentemente enunciada pela forma *por quê?* Exemplo:

Você é a favor da legalização do aborto? Sim __ Não __. Por quê?

3.3.3.3 Formulário

É um questionário, preenchido pelo próprio pesquisador diante do informante. Tem a grande vantagem de poder ser aplicado a pessoas analfabetas, e também favorecer, na hora, o esclarecimento de questões, cujo entendimento esteja comprometido.

3.3.3.4 Notas relevantes

É importante lembrar que a *observação* é uma técnica que preside a todas as demais técnicas. Então, cabe ao pesquisador verificar como os informantes participam desse trabalho, bem como em que situação esse trabalho acontece.

Compete, no entanto, ao observador ser objetivo e honesto, ouvindo sem preconceitos nem deturpações, o que o informante diz. Uma vez coletados os dados, o pesquisador deverá proceder à tabulação das respostas, registrando a síntese obtida em gráficos ou mapas, e construindo quadros estatísticos para análise, interpretação e conclusões.

4 TÉCNICAS DE ESTUDO: LEITURA. ESQUEMA. RESUMO. FICHAMENTO

4.1 LEITURA

Ler significa conhecer, interpretar, decifrar.⁷ É através da leitura que se adquire a maior parte dos conhecimentos, pois permite não só o alargamento, como também o aprofundamento do saber em determinada seara cultural ou científica.

Segundo Ângelo Domingos Salvador, ler significa “distinguir os elementos mais importantes daqueles que não o são e, depois, optar pelos mais representativos e mais sugestivos”.⁸ Assim, ler significa também eleger, escolher. João Bosco Medeiros perfaz ao dizer que “a leitura é produzida, uma vez que o leitor interage com o autor do texto”⁹, ou seja, autor e leitor têm que estabelecer um acordo mútuo, para que ocorra a boa leitura.

Na leitura com a finalidade específica de redigir um trabalho científico faz-se necessário identificar as informações e os detalhes relevantes indicados no material impresso, relacionando-os com o problema a ser resolvido. É imprescindível analisar a consistência das informações e dados coletados dos diversos autores.

Pode-se classificar assim as fases da leitura: exploratória, seletiva, analítica, interpretativa e crítica.

A *leitura exploratória* é a leitura rápida do material bibliográfico, com a finalidade de verificar a importância da obra para a pesquisa. Trata-se de fazer o reconhecimento da obra, adquirindo uma visão global desta: exame à folha de rosto, índices, notas de rodapé, prefácio, orelhas dos livros, o que não dispensa o conhecimento prévio do assunto.

A *seleção* é a determinação do material que realmente interessa à pesquisa. É importante visar os *objetivos da pesquisa*, para que não haver perda de tempo. É uma leitura mais profunda que a exploratória, mas ainda não é definitiva. Textos que

⁷ LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992, p. 15.

⁸ SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**: elaboração de trabalhos científicos. 8. ed. Porto Alegre: Sulina, 1980, p. 100.

⁹ MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas: estratégias de leitura: como redigir monografias: como elaborar *papers*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997, p. 53.

foram deixados à parte num primeiro momento poderão ser consultados posteriormente, de acordo com as necessidades do pesquisador.

A *leitura analítica* é feita a partir dos textos selecionados. *Analisar* significa decompor, examinar sistematicamente os elementos que compõem o texto, com a finalidade de penetrar nas idéias do autor e compreender como o todo foi organizado. A finalidade é ordenar as informações obtidas, construindo o sumário.

Na leitura analítica o pesquisador deverá *interpretar objetivamente* o pensamento do autor. Antes de posicionar-se diante do tema, deverá, em primeiro lugar, compreender o assunto escolhido, através das seguintes etapas:

- a) leitura global: visão global da obra;
- b) identificação das idéias-chave: é retirar uma frase que possa sintetizar um parágrafo, e, ao longo do texto, selecionar alguns parágrafos que são mais explicativos. A correlação inteligente entre os parágrafos de um texto, levará à identificação das idéias mais importantes;
- c) hierarquização das idéias: é a organização das idéias seguindo a ordem de importância. É a distinção entre as idéias principais e as secundárias;
- d) sintetização das idéias: é a recomposição de tudo o que foi decomposto durante a análise, eliminando o que é secundário e fixando-se no essencial para a resolução do problema proposto.

A *leitura interpretativa* é o último processo de leitura das fontes bibliográficas. *Interpretar*, em sentido restrito, é tomar uma posição própria a respeito das idéias enunciadas. O pesquisador necessitará ser cauteloso, pois nesse momento relaciona as afirmações do autor, sendo maior o risco de interferência subjetiva.

A primeira etapa da interpretação dá ao pesquisador uma visão mais aberta do pensamento global do autor e verifica como se relacionam. Em seguida, esse pensamento permitir-lhe-á localizar o autor num contexto cultural mais abrangente, através das posições por ele assumidas e serão feitas comparações das suas idéias com outros autores que tenham escrito sobre o mesmo tema.

Finalmente, poder-se-á desenvolver um *pensamento crítico/reflexivo* a respeito do tema, uma tomada de posição, superando a estrita mensagem do texto. Será possível ler nas entrelinhas, forçar um diálogo, interrogar a matéria sob o ponto de vista particular, possibilitando fazer uma reelaboração pessoal do escrito em tela. A mensagem desenvolvida terá um cunho pessoal, com raciocínio individualizado. Neste momento, o pendor para criar um novo texto evidenciar-se-á, podendo ser

utilizada uma redação própria, com discussão e reflexão pessoais. Exige maturidade para confrontar os seus pressupostos com os pressupostos do autor.

4.2 O ESQUEMA

Fazer um *esquema* significa traçar o esqueleto da obra; organizar o texto com lógica, colocando em destaque a inter-relação das idéias. Um esquema ajuda o pesquisador a assimilar a matéria e levantar as idéias do texto (análise), ordenando-as (síntese). É uma forma ativa de se tomar contato com o assunto, obrigando o estudioso a retirar do texto as idéias principais, os detalhes importantes e as idéias secundárias que subsidiam as idéias principais. Ao mesmo tempo, reduz-se a poucas linhas ou páginas a obra estudada; estabelecem-se relações entre os fatos, as idéias e a idéia central do texto, subordinando-as. Por essas razões, aconselha-se aos que se iniciam na pesquisa e mesmo àqueles que necessitem realizar trabalhos acadêmicos que demandam a consulta a várias fontes, que utilizem a *técnica do esquema*.

O esquema deve ser elaborado mantendo-se fiel às idéias do autor, sem alterá-las. Será formulado conforme as necessidades de cada pessoa, através de gráficos, símbolos, códigos e palavras. Não há regras; fornecem-se apenas *dicas* para sua elaboração:

- a) após leitura minuciosa do texto, sublinhando as idéias principais e os detalhes importantes, pode-se-lhes dar títulos e subtítulos, anotando-os à margem;
- b) os sistemas de colchetes, chaves e colunas são apontados para separar as divisões sucessivas. O sistema de numeração progressiva (1, 1.1, 1.2, 2, 2.1, etc.) cabe para a identificação dos títulos e subtítulos e as letras minúsculas, ou alíneas [a), b), c)], para indicar as divisões sucessivas;
- c) para facilitar a apreensão rápida das idéias poderão ser utilizados símbolos, abreviaturas convencionais. Exemplos: $\rightarrow \uparrow \downarrow \leftarrow \notin \in + - \leftrightarrow = \cong \neq \div$;
- d) os gráficos do tipo organograma são indicados nas estruturas, relações, etc.

4.3 O RESUMO: A NORMA NBR 6028

4.3.1 Concepção e validade

A NBR 6028, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, define resumo como “apresentação concisa dos pontos relevantes de um texto”.

João Bosco Medeiros, completa a definição afirmando ser o resumo: uma apresentação sintética e seletiva das idéias de um texto, ressaltando a progressão e a articulação delas. Nele devem aparecer as principais idéias do autor do texto.”¹⁰

A finalidade do resumo é difundir as principais idéias do autor lido, de modo a influenciar e estimular o leitor à leitura do texto completo. Dizem Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi que os resumos só são válidos quando contiverem, de forma sintética e clara, tanto a natureza da pesquisa realizada, quanto os resultados e as conclusões mais importantes.¹¹

4.3.2 Como resumir: noções técnicas

Resumir significa fazer um comentário de alguma coisa. Um resumo deverá ser fiel às idéias do autor, apresentar uma estrutura capaz de revelar o fio condutor por ele traçado e expressar tal capacidade de síntese que se destaquem os conceitos fundamentais do texto. Também, é imprescindível ter um cunho pessoal que demonstre a assimilação individual do pesquisador que, alicerçado em seus interesses básicos, traçará os objetivos do resumo, classificando, informando ou criticando.

Para melhor aproveitamento da leitura é preciso entender o texto, pois impossível resumir sem compreendê-lo. Para a identificação precisa do tema, não se deve resumir antes de ler o texto todo.

Veja-se, por partes, como fazer para encontrar a idéia principal de um parágrafo, de um capítulo ou uma secção, na obra.

¹⁰ MEDEIROS, João Bosco, op. cit., p. 118.

¹¹ LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade, op. cit., p. 73.

Como encontrar a idéia principal no parágrafo?

Antonio Henriques e João Bosco Medeiros assim definem o parágrafo: “um conjunto de frases que forma um bloco, um todo constituído de uma idéia básica, fundamental, em torno do qual gravitam idéias secundárias em determinado número de linhas”.¹²

Entendido o que seja um parágrafo, deve-se enumerá-los no texto e, em seguida, sublinhar as idéias principais, fazendo-o com inteligência. Sublinhar com inteligência “é uma arte que ajuda a colocar em destaque as idéias mestras, as palavras-chave e os pormenores importantes”.¹³ O ato de sublinhar favorece marcar o que é principal em cada parágrafo, permitindo realizar a revisão imediata. É importante sublinhar somente as idéias principais e os detalhes importantes. Não se deve sublinhar em demasia.

Observe-se que um parágrafo contém, como já foi referido, uma só idéia e geralmente começa com uma frase importante. Esta, em seguida, é explicada, ilustrada, acompanhada de frases que o resumem. Neste caso, a idéia principal está no início do parágrafo. Mas, atente-se que, isso não é regra. Muitas das vezes a idéia principal encontra-se no final do parágrafo. Na maioria das vezes, a idéia principal é parte de uma oração e não a oração inteira. Pode-se resumi-la em poucas palavras conforme o exemplo abaixo:

Parágrafo matriz para resumo:

Contra a possibilidade de uma ciência do comportamento há um outro argumento, a propósito do qual, ao longo dos séculos, se acumula uma literatura tão ampla quão pouco esclarecedora. Refiro-me ao argumento do livre-arbítrio: não podemos formular leis relativas ao comportamento humano, porque os seres humanos são livres para escolher a maneira como irão agir. Reluto em dar atenção a essa discussão fútil, mas a omissão completa poderia ser, suponho eu, chocante; creio que o argumento é de importância especialmente para as ciências do comportamento, que deveriam, examiná-lo dos pontos de vista psicológico e sociológico para saber por que é tão persistentemente apresentado e por que merece acolhida tão firme.

Seguindo as indicações aqui estabelecidas pode-se extrair a idéia principal assim: Contra a possibilidade de uma ciência do comportamento, há o argumento do “livre-arbítrio”: não podemos formular leis de comportamento humano; os homens são livres para escolher. O argumento merece exame dos pontos de vista psicológico e sociológico.

¹² HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco, op. cit., p. 136.

¹³ RUIZ, João Álvaro, op. cit., p. 39.

É fundamental, para o bom entendimento do texto, adquirir o hábito de identificar a idéia principal em todos os parágrafos que se lê.

Como encontrar a idéia principal de um capítulo ou secção, na obra?

Cabe em qualquer leitura atentar para o sumário da obra, procurando informações nos títulos, subtítulos, intentando captar os passos do autor. Há de se observar a hierarquização das idéias: a mais geral para todo o trecho e as menos gerais apresentadas logo abaixo desta. O autor geralmente procura distribuir as idéias, valorizando-as. Exemplo de hierarquização de idéias em um capítulo:

3 TEORIA DA PENA DE MORTE

3.1 Conceito de pena

3.2 Teorias da pena

3.2.1 Teorias da Retribuição (absolutas),

3.2.2 Teorias da Prevenção ou Teorias Finalistas (relativas)

3.2.3 Teorias Ecléticas (mistas)

3.3 Conceito de pena de morte

O que são detalhes importantes?

O próprio autor indica o que é importante para expressar seu pensamento. Assim, os exemplos, os argumentos, as ressalvas, as exceções, são detalhes importantes. Exemplo:

Nem todas as figuras que tipificam crimes contra a Administração Pública elencadas no Código Penal, do art. 312 ao art. 359, servem de base para a imputação do crime de *lavagem*. *Por exemplo*, o disposto no art. 322, ao indicar que praticar violência, no exercício de função ou a pretexto de exercê-la é um crime de violência arbitrária e, não obstante praticado por funcionário público contra a Administração Pública, não guarda vínculo com a ocultação ou dissimulação de bens, direitos ou valores tocantes aos crimes de lavagem. (grifo nosso)¹⁴

Finalmente, como redigir o resumo?

Segundo a NBR 6028 da ABNT, deve-se evitar o uso de parágrafos no meio do resumo. Portanto, o resumo é constituído de um só parágrafo, com no máximo 500 palavras. (Esse é o resumo que se faz nas monografias de graduação, dissertações e teses).

Para formular um resumo com a finalidade de aprendizado, alguns lembretes são necessários: sublinhar depois da primeira leitura feita, porquanto ter-se-á a

¹⁴ MOTA, Sílvia. **Lavagem de dinheiro**. Monografia jurídica não publicada. Memo, p. 17.

noção do que trata o texto; sempre reconstruir o parágrafo a partir das palavras sublinhadas, num movimento integrador de idéias; evitar as locuções: “o autor descreve [...]” ou “neste artigo, o autor expõe que [...]”

Como se pode perceber, há algumas regras para a confecção do resumo, quais sejam: supressão, generalização, seleção e construção. Estas regrinhas, na verdade são etapas do próprio resumo.

Na *supressão* eliminam-se as palavras secundárias do texto (assim como: exemplos, reforços, esclarecimentos, advérbios, adjetivos, preposições, conjunções) desde que não se prejudique a compreensão.

A *generalização* permite a substituição de elementos específicos por outros genéricos (exemplos: 1. no lugar de maçã, limão, pêra e laranja, usar a palavra *frutas*; 2. no lugar de regiões norte, sul, leste e oeste, do Brasil, utilizar *regiões do Brasil*).

A *seleção* elimina as informações secundárias com a valorização das primárias.

A *construção* é a fase na qual o autor cria uma nova frase, respeitando o conteúdo daquela que lhe inspirou (paráfrase).

Na formulação do resumo, o problema deve ser enunciado e as principais descobertas e conclusões devem ser mencionadas, na ordem em que aparecem no trabalho. O tratamento dado ao tema pode ser traduzido mediante uso de palavras como *preliminar, minucioso, experimental, teórico*. O resumo será redigido na terceira pessoa do singular (de preferência), em períodos curtos e com palavras acessíveis a qualquer leitor potencialmente interessado.

João Bosco Medeiros expõe que o resumo é, para o pesquisador, um instrumento de trabalho, constituindo-se numa síntese da obra em estudo e, como tal, pode apresentar-se sob três diferentes formas: resumo indicativo, resumo informativo, resumo crítico.¹⁵

O *resumo indicativo* ou *descritivo* elimina quaisquer dados que não sejam aqueles essenciais. Refere-se às partes mais importantes do texto e, por ser tão simplificado, não dispensa a leitura do original.

Exemplo:

¹⁵ MEDEIROS, João Bosco, op. cit., p. 119.

ROCCO, Maria Thereza Fraga. **Crise na linguagem**: a redação no vestibular. São Paulo: Mestre Jou, 1981. 184 p.

Estudo realizado sobre redações de vestibulandos da FUVEST. Examina os textos com base nas novas tendências dos estudos da linguagem, que buscam erigir uma gramática do texto, uma teoria do texto. São objetos de seu estudo a coesão, o clichê, a frase feita, o 'não-texto' e o discurso indefinido. Parte de conjecturas e indagações, apresenta os critérios para a análise, o candidato, o texto e farta exemplificação.¹⁶

O *resumo informativo* reproduz com fidelidade a matriz, no que diz respeito às idéias principais e detalhes importantes. Exemplo:

ROCCO, Maria Thereza Fraga. **Crise na linguagem**: a redação no vestibular. São Paulo: Mestre Jou, 1981. 184 p.

Examina 1500 redações de candidatos a vestibulares (1978), obtidas da FUVEST. O livro resultou de uma tese de doutoramento apresentada à USP em maio de 1981. Objetiva caracterizar a linguagem escrita dos vestibulandos e a existência de uma crise na linguagem escrita, particularmente desses indivíduos. Escolheu redações de vestibulandos pela oportunidade de obtenção de um *corpus* homogêneo. Sua hipótese inicial é a da existência de uma possível crise na linguagem e, através do estudo, estabelecer relações entre os textos e o nível de estruturação mental de seus produtores. Entre os problemas, ressaltam-se a carência de nexos, de continuidade e quantidade de informações, ausência de originalidade. Também foram objeto de análise condições externas como família, escola, cultura, fatores sociais e econômicos. Um dos critérios utilizados para a análise é a utilização do conceito de coesão. A autora preocupa-se ainda com a progressão discursiva, com o discurso tautológico, as contradições lógicas evidentes, o nonsense, os clichês, as frases feitas. Chegou à conclusão de que 34,85 dos vestibulandos demonstram incapacidade de domínio dos termos relacionais: 16,95 apresentam problemas de contradições lógicas evidentes. A redundância ocorreu em 15,25 dos textos. O uso excessivo de clichês e frases feitas aparece em 69,05 dos textos. Somente em 40 textos verificou-se a presença de linguagem criativa. Às vezes o discurso estrutura-se com frases bombásticas, pretensamente de efeito. Recomenda a autora que uma das formas de combater a crise estaria em se ensinar a refazer o discurso falho e a buscar a originalidade, valorizando o devaneio.¹⁷

O *resumo crítico* apresenta uma crítica congruente, com alicerce científico a respeito do texto em estudo. Será nesse caso, um resumo interpretativo, denominando-se resenha.

Cabe salientar que a resenha não é um simples resumo. Este é apenas um elemento da estrutura da resenha. O resumo não admite o juízo valorativo, o comentário, a crítica. A resenha exige tais elementos.

Exemplo de resenha de obra considerada no todo:

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. 12. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. 2 v. 1644 p.

O Direito Internacional Público (DIP) é o ordenamento jurídico da sociedade humana na sua ampla acepção e, assim, há de ser eminentemente dinâmico, acompanhando-lhe a evolução. Interessa não apenas ao especialista, mas a todos. Toda a vida política, econômica, social e cultural está se internacionalizando, e o Direito Internacional é o *instrumento* deste processo.

O Autor revela a preocupação de produzir obra de profundidade aliada à informação científica atualizada, indispensável ao estudo de um Direito que exige um cotejo permanente com os fatos, no seu desdobramento interminável. Esta 12ª edição apresenta-se revista, ampliada e atualizada, levando em consideração as transformações ocorridas no DIP após a última edição.

Inicia a obra com uma excelente resenha doutrinária. Enumera e critica o melhor do pensamento jurídico internacionalista, sem que o Autor omita a sua posição, definida com clareza.

A bibliografia citada não pretende ser exaustiva. Ela representa, de um modo geral, as fontes consultadas para a elaboração do capítulo ou parágrafo. Serve também de guia aos alunos para a elaboração de seus trabalhos práticos.

Referindo-se a esta obra, disse o grande internacionalista Professor Franchini Netto: “o Autor, com modéstia, afirma que o livro se destina aos estudantes. Tenho a segurança de que maior é a área de sua utilidade. É obra que consagra seu jovem e brilhante Autor. Um trabalho que merece o aplauso dos estudiosos”.

4.4 O FICHAMENTO

O *fichamento* é uma forma de investigar que se caracteriza pelo ato de fichar (registrar) todo o material necessário à compreensão de um texto ou tema.

É uma parte importante na organização da pesquisa de documentos, permitindo um fácil acesso aos dados fundamentais para a conclusão do trabalho. Esse trabalho facilitará a procura do pesquisador, que terá ao seu alcance as informações coletadas nas bibliotecas públicas ou privadas, na Internet, ou mesmo em seu acervo particular, evitando que consulte mais de uma vez a respeito de um determinado tema, por não conseguir guardar em sua memória todas os dados aos quais teve acesso.

Os registros não são feitos necessariamente nas tradicionais folhas pequenas de cartolina pautada. Podem ser feitos em folhas de papel comum, cadernos ou, mais modernamente, em bancos de dados computadorizados, entre outros. O importante é que eles estejam bem organizados e de acesso fácil para que os dados não se percam. Existem quatro tipos básicos de fichamentos: o fichamento

bibliográfico por autor, o fichamento bibliográfico por assunto, o fichamento de transcrição, e o fichamento de resumo/analítico.

4.4.1 Ficha bibliográfica por autor

Conforme o pesquisador vai tomando contato com o material impresso, deve organizá-lo. Poderá fazê-lo através do fichamento bibliográfico por autor, onde ficarão anotados o nome do autor (na chamada), o título da obra, edição, local de publicação, editora, ano da publicação, número do volume se houver mais de um e número de páginas.

Exemplo:

<p>001 SCARPARO, Monica Sartori. Fertilização assistida: questão aberta: aspectos científicos e legais. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. 189 p.</p> <p>Vertentes científicas: aspectos históricos, aspectos psicológicos. Questões jurídicas: questionamentos acerca do embrião humano; o tema no direito brasileiro; estudos e projetos; o tema no direito internacional. Legislação e jurisprudência internacional: legislação portuguesa; lei espanhola; Recomendação 1.100 do Conselho da Europa, o caso do Bebê <i>M</i>. Referências bibliográficas.</p>
--

4.4.2 Ficha bibliográfica por assunto

Esse tipo de fichamento é mais fácil de trabalhar. As instruções indicadas no item anterior repetem-se aqui, sendo que desta vez o assunto deve estar encabeçando a ficha (na chamada).

Exemplo:

<p>001 INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL</p> <p>SCARPARO, Monica Sartori. Fertilização assistida: questão aberta: aspectos científicos e legais. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. 189 p.</p> <p>Vertentes científicas: aspectos históricos, aspectos psicológicos. Questões jurídicas: questionamentos acerca do embrião humano; o tema no direito brasileiro; estudos e projetos; o tema no direito internacional. Legislação e jurisprudência internacional: legislação portuguesa; lei espanhola; Recomendação 1.100 do Conselho da Europa, o caso do Bebê <i>M</i>. Referências bibliográficas.</p>

4.4.3 Ficha de transcrição (ou de citação)

Este tipo de fichamento serve para que o pesquisador selecione as passagens que achar mais interessantes no decorrer da obra. É necessário que seja reproduzido fielmente o texto do autor (cópia literal). Após a transcrição, indica-se a referência bibliográfica cabível, ou então encabeça-se a ficha com a referência bibliográfica completa da obra e após a(s) citação(ões), coloca(m)-se o(s) número(s) da(s) página(s) de origem. Se o trecho for citado entre aspas duplas e no seu curso houver uma palavra ou expressão aspeada, estas aspas deverão aparecer sob a forma de aspas simples (').

Exemplo:

SCARPARO, Monica Sartori. **Fertilização assistida**: questão aberta: aspectos científicos e legais. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. 189 p.

Eis posicionamento importante, citado pela autora, sobre o início da vida e sua proteção jurídica: “A personalidade começa com o nascimento com vida, que se verifica quando o feto se separa completamente do corpo materno. Neste momento é que pode ser objeto de uma proteção jurídica independente da que concerne à mãe”. (p. 40-41).

4.4.4 Ficha resumo/analítica

Uma ficha resumo/analítica consiste numa síntese de um livro, capítulo, trecho ou de vários livros com a intenção de elaborar um trabalho ordenado de conclusões pessoais ou mesmo de um grupo. Para fazer uma ficha resumo/analítica é necessário: verificar a indicação bibliográfica, fazer um esquema, e elaborar o resumo propriamente dito.

A *indicação bibliográfica* mostra a fonte da leitura; o *resumo* sintetiza o conteúdo da obra em redação do próprio fichador e/ou através de transcrições literais, e neste caso, com indicação parentética da(s) página(s); as *citações* dizem respeito às transcrições significativas da obra; a *análise crítica do conteúdo lido* apresenta as apreciações do fichador, através de análise e críticas coerentes e cientificamente responsáveis, sustentadas nas idéias do próprio fichador e/ou em outros textos, os quais serão devidamente referenciados conforme ABNT, no corpo deste item ou em notas de rodapés da ficha; a *ideação* coloca em destaque as novas idéias surgidas frente à leitura reflexiva.

Exemplo:

SCARPARO, Monica Sartori. **Fertilização assistida**: questão aberta: aspectos científicos e legais. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. 189 p.

Discutindo os diversos aspectos – biomédicos, psicológicos, bioéticos, religiosos e jurídicos – que constituem questões fundamentais na abordagem das novas práticas conceptivas, este lançamento da Editora Forense Universitária é obra pioneira no Brasil. Como o próprio título sugere, a fertilização assistida – termo preferível a *artificial* – ainda é uma questão aberta, suscitando debates e polêmicas nos vários países em que é praticada. Devido à atualidade do tema e ao significado dos valores éticos e morais implicados no processo, torna-se cada vez mais necessária a normalização jurídica da matéria, o que só se verificará a partir de uma ampla discussão entre os especialistas e a difusão de esclarecimentos e informações à opinião pública, debate para a autora pretende contribuir. O assunto é tão polêmico que a própria autora salienta: “a adequada abordagem dos aspectos relacionados à fecundação artificial pressupõe um enfoque interdisciplinar que dê cobertura à multiplicidade das variáveis e que conduza à convergência para um horizonte amplo a ser abrangido pelo conhecimento jurídico.” (p. 2)

IDEAÇÃO:

Após a leitura da obra em referência chega-se ao posicionamento de que se faz necessária, no Brasil como em outras partes do mundo, a criação de leis que venham a dirimir os possíveis conflitos advindos das novas técnicas de reprodução assistida.

OBSERVAÇÃO:

Em apêndice a obra contém a proteção nacional: Resolução n. 1 do Conselho Nacional de Saúde, de 13 de junho de 1988, sobre as Normas de Pesquisa em Saúde; o tema da Constituinte: Projetos de lei nacionais. Além disso, traz legislação e jurisprudência internacional: legislação portuguesa, lei espanhola, Recomendação 1.100 do Conselho da Europa, o caso do Bebê *M*, estudo do direito comparado.

5 O TEXTO CIENTÍFICO

5.1 TEXTO INFORMAL E TEXTO CIENTÍFICO

Texto é o entrelaçamento, o tecido, a costura de palavras que compõem um todo harmonioso, um enunciado (oral ou escrito), apto a transmitir mensagens entre os elementos básicos da comunicação, a saber, o emissor e o receptor.”¹⁸

Os textos podem ser informais e científicos.

O *texto informal* produz um conhecimento baseado no senso comum, construído sem uma preocupação específica. Surge de conceitos arbitrários (subjetivos), opiniões isoladas, da tentativa do homem de resolver os problemas cotidianos. É fruto das informações que são transmitidas pelas pessoas ou grupos sociais, dos casos de vida, que são transmitidos de geração em geração, de forma vulgar. Além disso, é construído sem planejamento rigoroso, é ametódico e assistemático, por vezes ingênuo, por não questionar o saber. Trata-se de conhecimento *subjetivo*, o que implica posicionamento em relação às coisas, a partir de quem as fiscaliza, onde juízo pessoal e de valor são influenciados.

O *texto científico*, por sua vez, é aquele firmado na autoridade científica do autor; que apresenta argumentos de autoridade e opinião dominante; que faz comparação crítica entre Teorias, autores e Escolas; que demonstra relação efetiva entre o que o autor escreve/fala e sua prática social. Deve o texto científico apresentar *qualidade formal*: quando as partes integrantes (assunto, tema, problemática, tese, argumentos) formam um todo inteligível, sendo competente enquanto define, descreve, distingue, explica, classifica, permite uma maior/menor compreensão da realidade, quando é criativo e original; *qualidade política*: ao constituir-se num trabalho que se propõe como discutível, relacionado com a vida prática e que apresenta soluções aos problemas levantados. Não é considerado trabalho científico aquele vulgar, cópia/plágio, desleixado, absurdo, feito *às pressas*, sem nível acadêmico, sem dignidade universitária, periférico, sem roteiro.

¹⁸ HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco, op. cit., p. 123.

5.2 ESTRUTURA COMUM A TODOS OS TEXTOS CIENTÍFICOS

Todos os escritos científicos compreendem uma estrutura em comum: a introdução, o desenvolvimento e a conclusão.

A *introdução* ou *exórdio* é o começo do discurso, a enunciação da idéia-chave, indicando a tese a ser postulada (*status quaestionis*). É o anúncio do tema. Objetiva captar a atenção do leitor, seduzindo-o com o objetivo de fazê-lo adentrar no desenvolvimento do trabalho.

A *introdução* deve: definir o assunto que vai ser tratado; situar o assunto em relação ao tempo, à relevância do problema, a contribuição que tal assunto traz para a sociedade e para o ser humano; situar o assunto em relação ao espaço – parâmetro geográfico; estabelecer os objetivos do trabalho e as questões levantadas; apresentar a metodologia de busca de solução do problema; apresentar a estruturação do texto. A introdução deve ser coerente com o desenvolvimento e a conclusão do texto e não deve conter nada que não tenha sido abordado no trabalho. É a última parte do texto a ser elaborada, posto que só se pode introduzir algo se este algo já existe.

O *desenvolvimento* compreende dois momentos: a explanação das idéias e sua demonstração. No discurso jurídico, caracteriza-se como o momento em que se trará as provas comprobatórias. É, pois, a exposição, com requintados detalhes, do que foi dito na introdução, além da fundamentação cuidadosa e lógica das idéias em estudo. Apresentado de forma descritiva tem por finalidade expor e demonstrar: é a fundamentação lógica do trabalho. Propõe o que vai provar, em seguida explica, discute e demonstra: as proposições se sucedem dentro de um encadeamento que persegue a etapa final, a conclusão.

O desenvolvimento geralmente é dividido em partes. Cada parte deve corresponder a um aspecto que tenha ligação com o todo que está sendo estudado, dando uma visão integrada e lógica que possibilite ao leitor situar-se em relação ao encadeamento das idéias.

A *conclusão* ou *peroração* é a parte final do discurso, a síntese do que foi apreendido. Deve conter alguns elementos estruturais para que a culminância aqui especificada se efetive: recapitulação das conclusões a que o autor chegou em cada parte do desenvolvimento; análise das inferências, conseqüências a que o estudante

atingiu ao longo de sua busca, ou seja, a conclusão propriamente dita do trabalho; propostas e sugestões para estudos posteriores. A conclusão é um regresso à introdução. Há um movimento circular. O leitor tem a impressão de estar diante de um sistema harmônico, conclusivo em si mesmo. Existem leitores impacientes ou apressados que ao desejarem ter uma idéia global da obra, lêem o sumário, a introdução e a conclusão, para fazer uma idéia do conteúdo do trabalho e também da posição do autor. Por isso deve haver um grande cuidado na feitura do sumário, da introdução e da conclusão. É possível ler uma conclusão e ficar sabendo a idéia do autor no decorrer de todo o trabalho, sem ler nenhum capítulo ou nenhuma parte isolada deste trabalho. Deve-se, pois, transmitir de modo resumido, mas pleno de significado, tudo o que na obra tem maior relevo. A conclusão significa o fecho, o corolário do discurso. É a última oportunidade de convencimento. Daí sua importância. Por exemplo: o juiz, na conclusão de uma sentença, absolve ou condena. Como é a última parte, é também o momento do autor se posicionar integralmente assumindo uma opinião, resumindo sua posição pessoal. Não comporta títulos, nem subtítulos, salvo a palavra *conclusão*. Não ampara também nenhuma divisão nem subdivisão.

Além desses elementos estruturais, todo trabalho científico deve trazer as *Referências Bibliográficas*, que inclui todas as obras consultadas durante a realização do texto científico. É a parte final e essencial de qualquer trabalho científico e tem como finalidade: “fornecer um conjunto de indicações precisas e minuciosas que permitem ao leitor identificar todas as fontes bibliográficas e/ou documentais, no todo ou em parte, utilizadas como fonte de citação ou de consulta, para elaboração da obra”.¹⁹

5.3 TIPOS DE TEXTOS CIENTÍFICOS

5.3.1 A monografia

A monografia, segundo Asti Vera “consiste no tratamento escrito de um tema específico”.²⁰ Obedece a uma metodologia rigorosa na investigação de um assunto, trabalhado em profundidade e em diferentes ângulos.

De modo geral, há um *ligeiro equívoco*²¹, no uso das expressões *monografia* (trabalho científico apresentado por graduando ao final de um curso), *dissertação* (trabalho científico apresentado por candidato ao grau de mestre) e *tese* (trabalho científico apresentado para obtenção do grau de doutor). Outro equívoco é quanto ao fato de apenas na tese ser necessária a originalidade. Na realidade, todos os trabalhos científicos devem ser originais e inéditos, sendo escritos com a finalidade de contribuir para o enriquecimento do conhecimento humano e de contribuir para o aperfeiçoamento de outros trabalhos científicos, ao servir-lhes de fonte de pesquisa.

Diz Antonio Joaquim Severino:

Tanto a tese de doutorado como a dissertação de mestrado são, pois, monografias científicas que abordam temas únicos delimitados, servindo-se de um raciocínio rigoroso, de acordo com as diretrizes lógicas do conhecimento humano, onde há lugar tanto para a argumentação puramente dedutiva, como para o raciocínio indutivo baseado na observação e na experimentação.²²

Há, portanto, monografia para a obtenção do grau de doutor, monografia para a obtenção do grau de mestre e monografia de conclusão de curso de graduação para bacharelado ou licenciatura.

A monografia apresenta algumas características que a distinguem de outros trabalhos acadêmicos. Trata-se de um trabalho sistemático, pormenorizado, com um tratamento em profundidade. Sustenta-se em uma metodologia científica e deve apresentar uma contribuição relevante e pessoal para a ciência e para a sociedade.

Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi relacionam alguns aspectos, quanto à finalidade da monografia: *descobrir e redescobrir a verdade; esclarecer*

¹⁹ LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade, op. cit., p. 186.

²⁰ ASTI VERA, Armando. **Metodologia da pesquisa científica**. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1983, p. 164.

²¹ HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco, op. cit., p. 51.

²² SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1996, p. 119-120.

fatos ou teorias obscuras ou não plenamente conhecidos; *enriquecer* e aprofundar o rol de noções científicas por intermédio de um trabalho metódico e rigoroso; *ordenar* e *hierarquizar* conhecimentos e experiências; *comunicar* eficazmente as descobertas.²³ Assim, as afirmações decorrentes do trabalho monográfico devem ser fundamentadas, apresentar provas. Ao expor suas investigações, quer sejam de campo, bibliográficas ou outra que adote, o pesquisador deve expô-las, segundo um princípio lógico, mantendo uma coerência entre as partes da monografia.

A estrutura da monografia obedece ao mesmo esquema de outros trabalhos científicos: introdução, desenvolvimento e conclusão.

5.3.2 O artigo científico

O artigo científico analisa questões de natureza científica, embora de extensão relativamente pequena. Em outras palavras, é um estudo resumido sobre um tema, que trata de questões de natureza científica sem, no entanto, se constituir em um livro. Pela sua dimensão e conteúdo representam os resultados de estudos realizados. De modo geral, são publicados em revistas, jornais e periódicos especializados. No Brasil, existem, entre outros, os seguintes periódicos jurídicos: Revista dos Tribunais; Revista Forense; Síntese Jurídica; Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial; Arquivos do Ministério da Justiça e que podem ser encontrados, para consulta, nas bibliotecas públicas ou das diversas Universidades.

Os artigos científicos são trazidos a público para relatar pesquisas feitas e para dar conhecimento dos resultados alcançados. Com isso explicitam a metodologia empregada, os objetivos da pesquisa, os procedimentos empregados e os resultados alcançados.

O artigo científico deve conter abordagens atuais, novas, diferentes. Deve também oferecer soluções para questões controversas.

No estudo do Direito, são os artigos científicos de grande valia. Publicados com maior rapidez e bem menos gastos do que é editado um livro, permite que os autores possam expressar suas idéias a respeito de um tema, com mais ousadia.

²³ LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade, op. cit., p. 153.

5.3.3 A resenha crítica

A resenha crítica é realizada quando se deseja fazer a apresentação do conteúdo de uma obra, sua forma de abordagem sobre o tema e a teoria utilizada. Envolve um conceito de valor, formulado por quem redige a resenha. Sua finalidade é a de informar sobre as contribuições do autor da obra analisada, não cabendo ao resenhista fazer juízo de valor ou deturpar o pensamento do autor da obra.

A resenha se constitui em uma síntese das idéias expressas pelo autor, apontando falhas ou erros de informações (quando houver), bem como a contribuição valiosa do autor, se for o caso.

Para um aprofundamento maior sobre resenha, aconselha-se ao estudante ler autores como, por exemplo, Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi²⁴ e João Bosco Medeiros²⁵.

5.3.4 O informe científico

É o mais sucinto de todos os trabalhos científicos e se caracteriza por descrever os resultados a que chegou o pesquisador, quer sejam parciais, quer sejam os resultados totais. Ele se constitui em um relato das atividades de pesquisa desenvolvidas. Sua finalidade é, pois a de divulgar resultados da investigação realizada.

5.4 A REDAÇÃO DO TEXTO CIENTÍFICO

A redação do trabalho científico consiste na expressão, por escrito, do resultado de uma investigação, devendo ser fundamentada, estruturada, analisada e elaborada de forma objetiva, clara e precisa.

Para formular um texto científico é necessário conciliar objetividade, clareza, elegância, sedução, vigor e dinamismo.

Intentando facilitar a escrita, pode-se dividir essa etapa em cinco itens:

²⁴ Ibidem, p. 89-97.

- a) redação provisória;
- b) redação definitiva (introdução, desenvolvimento, conclusão);
- c) linguagem científica;
- d) estrutura material da monografia.

A *redação provisória* é o esboço, o rascunho, o planejamento, a maquete. Aqui vale experimentar as expressões, o encadeamento lógico, a correção na escrita, a disposição do conteúdo. Para quem escreve a mão, procurar fazê-lo em papéis soltos e usando apenas uma só face, pois necessitando modificar alguma coisa, o fará no anverso livre, podendo, inclusive fazer recortes, colar, para poupar tempo.

A *redação definitiva* será feita após as correções e emendas necessárias ao trabalho provisório e abrangerá toda a sua estrutura, a saber: introdução, desenvolvimento e conclusão.

Quanto à *linguagem científica*, embora cada pessoa tenha um estilo próprio, deve-se, no desenvolvimento desta etapa, observar alguns aspectos fundamentais. Délcio Vieira Salomon destaca os seguintes:

- a) a correção gramatical: convém sempre solicitar a contribuição de um conhecedor da língua e da gramática;
- b) exposições claras, concisas, objetivas, condizentes com a redação científica;
- c) cuidado em evitar períodos extensos;
- d) preocupação em redigir com um estilo que capaz de equilibrar a simplicidade com o movimento, evitando o colóquio excessivamente familiar e vulgar, a ironia causticante, os recursos retóricos;
- e) linguagem direta;
- f) precisão e vigor com o vocabulário técnico, sem cair no hermetismo.²⁶

Além desses aspectos, deve-se alertar para:

- a) abrir parágrafos com freqüência;
- b) escrever o que vier à cabeça, mas apenas em rascunhos;
- c) definir sempre um termo ao introduzi-lo pela primeira vez;

²⁵ MEDEIROS, João Bosco, op. cit., p. 132-144.

²⁶ SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 252.

- d) nunca usar artigo antes de nome próprio, por exemplo: o Washington Monteiro de Barros, a Maria Helena Diniz...
- e) não aportuguesar jamais nomes próprios estrangeiros, como Jean-Paul Sartre e não *João Paulo Sartre*; só é permitido aportuguesar os sobrenomes estrangeiros, em caso de tradição consagrada, como por exemplo: Lutero, Confúcio, Santo Tomás de Aquino...

REFERÊNCIAS

1. ASTI VERA, Armando. **Metodologia da pesquisa científica**. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1983.
2. HENRIQUES, Antonio; MEDEIROS, João Bosco. **Monografia no curso de direito: trabalho de conclusão de curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
3. HÜHNE, Leda Miranda (Org.). **Metodologia científica: caderno de textos e técnicas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1997.
4. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992.
5. LEITE, Eduardo de Oliveira. **Monografia jurídica**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
6. MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas: estratégias de leitura: como redigir monografias: como elaborar papers**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
7. RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
8. SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
9. SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica: elaboração de trabalhos científicos**. 8. ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.
10. SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1996.